



Seminário internacional da Agricultura Familiar: 10 anos depois do ano Internacional 2014 - 25 a 27 de março de 2025



Declaração de Porto Alegre

A importância estratégica da agricultura familiar para alimentar o mundo e preservar o planeta

Os agricultores familiares representam a maioria das unidades de produção nas áreas rurais em todo o mundo e fornecem uma parcela significativa da produção de alimentos. Dos 608 milhões de estabelecimentos rurais no mundo, mais de 550 milhões são de agricultores familiares. Estudos da FAO indicam que os agricultores familiares são responsáveis por cerca de 80% da produção mundial de alimentos, ocupando 75% das terras agrícolas do mundo e 30% dos ativos mundiais. Esses números sugerem a relevância da agricultura familiar para o abastecimento global de alimentos.

Além de contribuir para o emprego e a ocupação nas áreas rurais, a agricultura familiar garante a preservação de uma atividade econômica e social rural e de um modo de vida e identidade rurais. Estudos acadêmicos e apoio público e internacional permitiram reconhecer a heterogeneidade da agricultura familiar (com vários tipos) e sua multifuncionalidade. Além de seu peso na produção mundial de alimentos, a agricultura familiar desempenha um papel central na diversidade alimentar, na soberania alimentar, na preservação da biodiversidade e na transmissão intergeracional do conhecimento agrícola.

Os esforços e as conquistas são significativos: o surgimento de políticas específicas e diferenciadas, a criação de uma estrutura institucional e regulatória em vários países (registros nacionais de produtores familiares, status legal que concede benefícios econômicos e sociais, acesso a políticas específicas), o fortalecimento das organizações de agricultura familiar, o estabelecimento de um movimento global de cobertura e coordenação com a criação da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028.

Hoje, em 2025, estamos na metade da Década, em um momento propício para avaliar o que foi alcançado, revisar abordagens e, acima de tudo, estabelecer novos desafios e orientações.

Uma realidade ameaçada: desafios persistentes

Após um período inicial de progresso entre 2014 e 2017, está claro que os últimos anos marcaram uma confirmação do interesse de muitos atores, mas também um retrocesso para o setor de Agricultura Familiar em certas arenas e agendas políticas.

- Em vários países e em arenas e agendas internacionais, o uso de termos como “pequeno produtor”, “produtor de pequena escala” ou “pequeno proprietário” está ressurgindo. A disputa sobre o conceito de “agricultura familiar” também reflete as tensões sobre o controle das estruturas regulatórias e orçamentárias.

- Em regiões como a Ásia e a África, o conceito foi promovido por organizações sociais ou agências da ONU, mas sem ser totalmente integrado às políticas públicas.

- Em alguns países latino-americanos, as transições políticas impuseram o desafio de manter o apoio sustentado à “agricultura familiar”, à “agroecologia” e à luta contra as “mudanças climáticas”. Em vários contextos latino-americanos, se há observado nos últimos anos uma redução ou enfraquecimento das políticas públicas destinadas a agricultura familiar, através de cortes orçamentários, fusões institucionais ou redefinições normativas que diluem o seu carácter específico.

O seminário de Porto Alegre

O seminário de Porto Alegre reuniu representantes de organizações da agricultura familiar, funcionários públicos, acadêmicos e agências internacionais. Foram abordados temas como renovação geracional, transições agroecológica, alimentar e climática, desafios do emprego e desigualdades de gênero, políticas públicas, etc. O principal objetivo do Seminário foi justamente reposicionar as questões da agricultura familiar dentro dos grandes debates sobre mudanças climáticas, sustentabilidade dos sistemas alimentares e transição agroecológica. As apresentações e discussões nas mesas redondas e painéis do Seminário de Porto Alegre, reiteraram que o conceito de agricultura familiar abre perspectivas essenciais para renovar os debates, em nível internacional, nacional e local, sobre desafios essenciais para o planeta.

Sob a perspectiva de organizações de pesquisa e de políticas públicas, os documentos do seminário destacam o papel atual e potencial das unidades familiares em relação a quatro desafios globais

- A agricultura familiar é, e pode ser ainda mais no futuro, uma resposta para enfrentar as mudanças climáticas e ambientais, tanto em termos de mitigação (devido à sua tecnologia e escala) quanto de adaptação (por meio da agroecologia, produção orgânica, agricultura sustentável, sistemas agroflorestais, consumo de energia, parcerias entre pecuária, agricultura e florestas etc.).

- A agricultura familiar é a base demográfica, territorial e sociopolítica das transições alimentares e agroecológicas, devido à diversidade e diversificação de sua produção, sua flexibilidade e adaptabilidade às mudanças econômicas e ambientais, sua multilocalização e distribuição nos territórios.

- A agricultura familiar tem demonstrado sua contribuição decisiva para a alimentação de qualidade nas cidades, não apenas por meio de circuitos curtos ou longos, mas também por meio de novas formas de comercialização (digital, compras públicas ou institucionais, internet), especialmente durante crises como a pandemia da COVID-19.

- A agricultura familiar é a principal fonte de emprego em muitos países que não concluíram sua transição demográfica (África Subsaariana) ou nos quais a agricultura ainda ocupa uma parte

significativa da população ativa (Ásia e América Latina). Ela gera não apenas trabalho familiar não remunerado, mas também uma grande quantidade de trabalho remunerado temporário, com uma ampla variedade de padrões de emprego (inclusive dentro da família). Em várias regiões, há uma diversificação das atividades domésticas rurais - dentro e fora do setor agrícola - e por meio da migração de mão de obra.

- Nos países industrializados, o desafio é a renovação geracional (muitas fazendas desaparecerão nos próximos anos), sabendo que o modelo familiar está sendo desafiado, entre várias formas de empreendimento e modelos mais alternativos. Nos países menos desenvolvidos, especialmente na África Subsaariana, o desafio é a criação de empregos decentes, com um grande número de jovens entrando no mercado de trabalho sem alternativas reais nos setores secundário e terciário. Embora alguns dos problemas sejam comparáveis (viabilidade socioeconômica e ambiental das formas de produção), os pontos de partida e o foco são diferentes.

Concluindo, com base no trabalho e nas discussões do seminário, acreditamos que a agricultura familiar, em toda a sua diversidade e dado o seu peso na produção mundial, é parte da solução para esses desafios.

Recomendações para pesquisa e políticas públicas

Os signatários reconhecem a importância das ações e atividades realizadas no âmbito da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (AF). No entanto, na metade do caminho, consideramos necessário reforçar esses ganhos e ampliar as ações em favor da AF de forma decisiva e em maior escala. Portanto, recomendamos

- Fortalecer a visibilidade dos trabalhos e estudos sobre a AF, atendendo às demandas de instituições, governos, serviços públicos, organizações de produtores e sociedade civil.
- Renovar e compartilhar trabalhos sobre as organizações de produtores da AF e os movimentos sociais rurais, sobre a relação entre a agricultura familiar e as mudanças climáticas e sobre a relação entre a agricultura familiar e a digitalização da agricultura e os instrumentos de políticas públicas.
- Estimular a pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação para o setor de agricultura familiar, especialmente por meio do treinamento de jovens pesquisadores em nível de doutorado.
- Promover a colaboração Sul-Sul, em especial entre a América Latina e a África.
- Fortalecer as atividades de treinamento para melhor difundir a diferença e o valor que o conceito de agricultura familiar agrega às conceituações anteriores, como “pequeno produtor” ou “camponês”.
- Fortalecer o papel e os meios de ação das mulheres e dos jovens, especialmente por meio de políticas públicas adaptadas.
- Reconhecer que a agricultura familiar continua sendo um setor crucial para a transição rumo à soberania e à segurança alimentar e nutricional e para a transformação dos sistemas alimentares: ela é, de fato, uma solução essencial para enfrentar as mudanças climáticas e ambientais, especialmente por meio de um uso mais sustentável da terra e dos recursos.
- Fortalecer as alianças que outrora geraram ações coletivas capazes de promover o diálogo político, mobilizar atores e posicionar a questão nas políticas públicas dos países e na agenda internacional.

- Em termos de políticas públicas diferenciadas, analisar os diferentes modelos institucionais implementados nos países para identificar sucessos e fracassos e compartilhar experiências.
- Compreender melhor a heterogeneidade da AF e seus diferentes sistemas de produção para aprimorar as tipologias e direcionar melhor as políticas públicas diferenciadas.
- A escassez e a incerteza na informação disponível sobre a agricultura familiar sublinham a necessidade de realizar esforços concretos para melhorar as estatísticas e a coordenação internacional, a fim de aprimorar a geração de informações.

A incorporação de uma abordagem territorial nas políticas para a agricultura familiar ajudaria a aproveitar melhor sua multifuncionalidade e sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Porto Alegre, 26/03/2025,

Os organizadores do Seminário de Porto Alegre: **UFRGS, CIRAD, IICA, MDA, REAF**

Seminario internacional Agricultura Familiar: 10 años después del Año Internacional 2014 - 25 a 27 de marzo de 2025



Declaración de Porto Alegre

La importancia estratégica de la Agricultura Familiar para alimentar al mundo y preservar el planeta

Los agricultores familiares representan la mayoría de las unidades de producción en las zonas rurales de todo el mundo y aportan una parte importante de la producción de alimentos. De las 608 millones de explotaciones agrícolas existentes en el mundo, más de 550 millones corresponden a agricultores familiares. Los estudios de la FAO indican que los agricultores familiares son responsables de alrededor del 80% de la producción mundial de alimentos, ocupando el 75% de las tierras agrícolas y un 30% de los activos en el mundo. Estas cifras sugieren la relevancia de la agricultura familiar para el suministro mundial de alimentos.

Además de contribuir a la ocupación y al empleo en las zonas rurales, la agricultura familiar garantiza la preservación de una actividad económica y social rural y de un modo de vida y una identidad rural. Los estudios académicos y el apoyo público e internacional han permitido reconocer la heterogeneidad de la agricultura familiar (con diversos tipos) y su multifuncionalidad. Además de su peso en la producción mundial de alimentos, la agricultura familiar juega un papel central en la diversidad alimentaria, la soberanía alimentaria, la preservación de la biodiversidad y la transmisión intergeneracional de los conocimientos agropecuarios.

Los esfuerzos y logros son significativos: emergencia de políticas específicas y diferenciadas, creación de un marco institucional y normativo en diversos países (registros nacionales de productores familiares, estatuto jurídico que otorga beneficios económicos y sociales, acceso a políticas específicas), fortalecimiento de las organizaciones de la agricultura familiar, establecimiento de un movimiento de cobertura y coordinación mundial con la creación del Decenio de las Naciones Unidas para la Agricultura Familiar 2019-2028.

Hoy, en 2025, nos encontramos a mitad de camino del Decenio, en un momento propicio para evaluar lo realizado, revisar enfoques y, sobre todo, establecer nuevos retos y orientaciones.

Una realidad amenazada: desafíos persistentes

Tras un primer periodo de avances entre 2014 y 2017, es evidente que los últimos años han marcado una confirmación del interés de muchos actores, pero también un retroceso para el sector de la Agricultura Familiar en ciertas arenas y agendas políticas.

- En varios países y en arenas y agendas internacionales resurge el uso de términos como “pequeño productor” o “minifundista”. La disputa en torno al concepto de ‘agricultura familiar’ refleja también tensiones por el control de los marcos normativos y presupuestarios.

- En regiones como Asia y África, el concepto ha sido impulsado por organizaciones sociales o agencias de la ONU, pero sin integrarse plenamente a las políticas públicas.

- En algunos países de América Latina, las transiciones políticas han planteado el desafío de mantener un apoyo sostenido a la "agricultura familiar", la "agroecología" y la lucha contra el "cambio climático". En varios contextos latinoamericanos, se ha observado en los últimos años una reducción o debilitamiento de las políticas públicas destinadas a la agricultura familiar, a través de recortes presupuestarios, fusiones institucionales o redefiniciones normativas que diluyen su carácter específico.

El seminario de Porto Alegre

El seminario de Porto Alegre reunió a representantes de organizaciones de la agricultura familiar, de la sociedad civil, funcionarios públicos, académicos y agencias internacionales. Se abordaron temas como la renovación generacional, las transiciones agroecológicas, alimentarias y climáticas, los retos del empleo y de las desigualdades de género, las políticas públicas, etc. El principal objetivo del Seminario fue precisamente reposicionar las cuestiones relativas a la agricultura familiar dentro de los grandes debates sobre el cambio climático, la sostenibilidad de los sistemas alimentarios y la transición agroecológica. Las ponencias y debates de las mesas y paneles del Seminario de Porto Alegre reiteraron que el concepto de agricultura familiar abre perspectivas esenciales para renovar los debates, en escalas internacional, nacional y local, sobre retos esenciales para el planeta.

Desde la perspectiva tanto de la investigación como de las organizaciones responsables de las políticas públicas, las ponencias del seminario destacan el papel actual y potencial de las unidades familiares en relación con cuatro retos globales

- La Agricultura Familiar es, y puede serlo aún más en el futuro, una respuesta para afrontar los cambios climáticos y medioambientales, tanto en términos de mitigación (por su tecnología y escala) como de adaptación (a través de la agroecología, la producción ecológica, la agricultura sostenible, los sistemas agroforestales, el consumo energético, la asociación ganadería-agricultura-forestal, etc.).

- La agricultura familiar es la base demográfica, territorial y sociopolítica de las transiciones alimentarias y agroecológicas, tanto por la diversidad y diversificación de su producción, su flexibilidad y adaptabilidad a los cambios económicos y medioambientales, su multilocalización y distribución en los territorios

- La agricultura familiar ha demostrado su contribución decisiva a la alimentación de calidad en las ciudades, no sólo a través de circuitos cortos o largos, sino también a través de nuevas formas de comercialización (digital, compras públicas o institucionales, internet), en particular durante crisis como la pandemia de COVID-19.

- La agricultura familiar es la principal fuente de empleo en muchos países que no han completado su transición demográfica (África subsahariana) o para los cuales la agricultura sigue ocupando una parte importante de la población activa (Asia y América Latina). No sólo genera mano de obra familiar no remunerada, sino también una gran cantidad de mano de obra temporal remunerada, con una gran variedad de modalidades de empleo (incluso dentro de la familia). En varias regiones se produce una diversificación de las actividades de los hogares rurales -tanto dentro como fuera del sector agrícola- y a través de la migración laboral.

- En los países industrializados, el reto es la renovación generacional (muchas explotaciones agrícolas desaparecerán en los próximos años), sabiendo que el modelo familiar está siendo cuestionado, entre diversas formas de empresa y modelos más alternativos. En los países menos desarrollados, sobre todo en el África subsahariana, el reto es la creación de empleos decentes, con un gran número de jóvenes que se incorporan al mercado laboral sin alternativas reales en los sectores secundario y terciario. Aunque algunos de los problemas son comparables (la viabilidad

socioeconómica y medioambiental de las formas de producción), los puntos de partida y de atención son diferentes.

En conclusión, a partir de los trabajos y debates del seminario, creemos que la agricultura familiar, en toda su diversidad y dado su peso en la producción mundial, es parte de la solución a estos retos.

Recomendaciones para la investigación y las políticas públicas

Los firmantes reconocen la importancia de las acciones y actividades realizadas en el marco del Decenio de las Naciones Unidas para la AF. Sin embargo, a mitad de camino, consideramos necesario reforzar esas conquistas y ampliar las acciones a favor de la AF de manera decisiva y a mayor escala. Por lo tanto, recomendamos:

- Reforzar la visibilidad de los trabajos y estudios sobre la agricultura familiar, atendiendo las demandas de las organizaciones de productores y de la sociedad civil, de las instituciones, los gobiernos, los servicios públicos.
- Renovar y compartir los trabajos sobre las organizaciones de productores de la agricultura familiar y los movimientos sociales rurales, sobre la relación entre la agricultura familiar y el cambio climático, y sobre la relación entre la agricultura familiar y la digitalización de la agricultura y los instrumentos de las políticas públicas.
- Estimular la investigación en Ciencia, Tecnología e Innovación para el sector de la agricultura familiar, especialmente a través de la formación de jóvenes investigadores a nivel de doctorado.
- Impulsar la colaboración Sur-Sur, en particular entre América Latina y África.
- Fortalecer las actividades de formación para difundir mejor la diferencia y el valor que el concepto de agricultura familiar añade a las conceptualizaciones anteriores, como “pequeño productor” o “campesino”.
- Fortalecer el papel y los medios de acción de las mujeres y de los jóvenes, en particular mediante políticas públicas adaptadas.
- Valorar el hecho de que la agricultura sigue siendo un sector decisivo para la transición hacia la soberanía y la seguridad alimentaria y nutricional, la transformación de los sistemas alimentarios: de hecho, constituye una solución esencial para hacer frente al cambio climático y medioambiental, en particular mediante un uso más sostenible de la tierra y los recursos.
- Fortalecer las alianzas que en su día generaron una acción colectiva capaz de promover el diálogo político, movilizar a los actores y posicionar la cuestión en las políticas públicas de los países y en la agenda internacional.
- En términos de políticas públicas diferenciadas, analizar los distintos modelos institucionales implantados en los países para identificar aciertos y errores, y compartir experiencias.
- Comprender mejor la heterogeneidad de la AF y sus distintos sistemas de producción para mejorar las tipologías y orientar mejor las políticas públicas diferenciadas.

- La escasez e incertidumbre en la información disponible sobre la agricultura familiar subrayan la necesidad de realizar esfuerzos concretos para mejorar las estadísticas y la coordinación internacional que permitan optimizar la generación de información.
- Incorporar un enfoque territorial en las políticas para la agricultura familiar permitiría aprovechar de mejor forma su multifuncionalidad y su capacidad para contribuir al desarrollo sostenible.

Porto Alegre, 26/03/2025.

Firman los organizadores del Seminario de Porto Alegre

UFRGS, CIRAD, IICA, MDA, REAF

International Seminar on Family Farming: 10 Years after the International Year 2014 – 25-27 March 2025



Porto Alegre Declaration

The strategic importance of family farming in feeding the world and preserving the planet

Of the 608 million farms in the world, more than 550 million are family farms. According to FAO studies, family farmers are responsible for about 80% of global food production, occupy 75% of agricultural land, and represent one-third of the world's labour force. These data highlight the importance of family farming in ensuring global food supply.

In addition to contributing to employment in rural areas, family farming guarantees the preservation of socio-economic activities in rural areas, and rural livelihoods and cultural identity. Academic studies, alongside public and international support, have led to the recognition of the heterogeneity of family farming (with its different types) and its multifunctionality. Beyond its contribution to global production, family farming plays a central role in food diversity, food sovereignty, and the intergenerational transmission of agricultural knowledge.

The efforts and achievements to date are significant: the emergence of specific and differentiated policies; the establishment of institutional and regulatory frameworks in various countries (such as national registers of family farmers, legal status conferring economic and social benefits, and access to specific policies); the strengthening of family farming organisations; and, the creation of a global movement for coordination and advocacy, marked by the launch of the United Nations Decade of Family Farming 2019–2028.. Today, in 2025, we are halfway through the Decade - an opportune moment to assess what has been achieved, review approaches and, above all, establish new objectives and guidelines.

A threatened reality: persistent challenges

After an initial period of progress between 2014 and 2017, it has become clear that, while recent years have confirmed the interest of many stakeholders, they have also brought setbacks for the family farming sector in certain political arenas and agendas.

In several countries, as well as in international arenas, terms such as “smallholder,” “small-scale producer,” or “small landowner” have re-emerged. (see references). Disputes over the concept of ‘family farming’ also reflect tensions over the control of regulatory and budgetary frameworks.

In regions such as Asia and Africa, the concept has been promoted by social organisations and the UN agencies yet has not been fully incorporated into national public policies.

In some Latin American countries, political transitions have posed significant challenges to the sustained support of *family farming*, *agroecology*, and efforts to combat *climate change*. In several

Latin American contexts, recent years have witnessed the dismantling of public policies aimed at family farming, through budget cuts, institutional restructuring, and regulatory changes that have diluted their specific focus.

The Porto Alegre seminar

The Porto Alegre seminar brought together representatives of family farmers' organisations, civil servants, academics and international agencies. Topics such as included rural movements, access to land, agroecological transition, gender and generational inequalities and territorial governance were addressed. The main objective of the seminar was precisely to reposition issues relating to family farming within the broader debates on climate change, the sustainability of food systems and agroecological transition.

Presentations and discussions in the roundtables and panels of the Porto Alegre Seminar reaffirmed that the concept of family farming offers essential perspectives for renewing debates—at the international, national, and local levels—on critical challenges facing the planet. From the perspective of research institutions and public organisations, the seminar's contributions highlight the current and potential role of family units in relation to four global challenges:

Family farming is, and can increasingly become, a key response to addressing climate and environmental change, both in terms of mitigation (due to its technologies and scale) and adaptation (through agroecology, ecological production, sustainable agriculture, agroforestry systems, energy efficiency, the partnership across livestock-agriculture-forestry, etc.).

Family farming is the demographic, territorial, and socio-political foundation of food and agroecological transitions, thanks to the diversity and diversification of its production, its flexibility and adaptability to economic and environmental changes, its spatial distribution and presence across territories.

Family farming has demonstrated its crucial contribution to quality food in urban areas, not only through short or long supply chains, but also through new forms of commercialization (digital platforms, public or institutional procurement, online markets), particularly during crises such as the COVID-19 pandemic.

Family farming is the main source of employment in many countries, particularly those that have not yet completed their demographic transition (e.g., Sub-Saharan Africa), or where agriculture still employs a significant portion of the labour force (e.g., Asia and Latin America). It generates not only unpaid family labour, but also a large amount of temporary paid labour, with a wide range of employment arrangements (even within families). In several regions, there is a growing diversification of rural household activities—both within and beyond agriculture—often combined with labour migration.

In industrialised countries, the challenge lies in generational renewal (many farms will disappear in the coming years), with the family model being challenged by alternative business forms and models. In less developed countries, particularly in sub-Saharan Africa, the main challenge is the creation of decent jobs, as many young people enter the labour market without real alternatives in the secondary or tertiary sectors. Although some issues are comparable (such as the socio-economic and environmental viability of production systems), the starting points and areas of focus are different.

In conclusion, based on the work and discussions of the seminar, we believe that family farming – in all its diversity and given its weight in global food production – is part of the solution to these pressing global challenges.

Recommendations for research and public policies

The signatories recognize the importance of the actions and activities carried out within the framework of the United Nations Decade of Family Farming. However, at the halfway point, we consider it necessary to reinforce the visibility and contributions of family farming and decisively scale up efforts in support of family farming. Therefore, we recommend:

- **Strengthening the visibility of studies on family farming**, in response to the needs of institutions, governments, public services, producer organisations, and civil society.
- **Renewing and sharing research** on family farmer organisations and rural social movements, on the relationship between family farming and climate change, and on the relationship between family farming, agricultural digitalization, and public policy instruments.
- **Promoting research in science, technology and innovation** for the family farming sector, particularly by training young researchers at doctoral level.
- **Encouraging South-South collaboration**, particularly between Latin America and Africa.
- **Enhancing training activities** to better communicate the distinction and added value of the concept of family farming compared to previous notions such as “smallholder” or “peasant”. **Strengthening the role and agency of women and youth**, particularly through tailored public policies.

Recognising that family farming remains a vital sector in the transition toward food sovereignty, food and nutrition security, and the transformation of food systems. It is, in fact, an essential part of the solution to address climate and environmental challenges—especially through more sustainable use of land and resources.

Revitalising alliances that have historically enabled collective action capable of fostering political dialogue, mobilising stakeholders, and placing family farming on national and international policy agendas.

With regard to differentiated public policies, assessing the various institutional models implemented across countries to identify successes and failures and to promote the sharing of experiences.

Improving the understanding of the heterogeneity of family farming and its diverse production systems in order to refine typologies and better tailor differentiated public policies. **Addressing the scarcity and uncertainty of available information on family farming**, which underscores the need for concrete efforts to improve statistics and international coordination for better data generation.

- **Incorporating a territorial approach into family farming policies** would enhance the recognition of its multifunctionality and its capacity to contribute to sustainable development.

Porto Alegre, March 26th, 2025,

The organisers of the Porto Alegre seminar:

UFRGS, CIRAD, IICA, MDA, REAF

Séminaire international sur l'agriculture familiale : 10 ans après l'Année internationale 2014 – 25-27 mars 2025



Déclaration de Porto Alegre

L'importance stratégique de l'agriculture familiale pour nourrir le monde et préserver la planète

Sur les 608 millions d'exploitations agricoles dans le monde, plus de 550 millions sont des exploitations familiales. Les études de la FAO indiquent que les agriculteurs familiaux sont responsables d'environ 80 % de la production alimentaire mondiale, occupent 75 % des terres agricoles, et occuperaient un tiers des actifs mondiaux. Ces chiffres témoignent de l'importance de l'agriculture familiale dans l'approvisionnement alimentaire mondial.

En plus de contribuer à l'occupation et à l'emploi dans les zones rurales, l'agriculture familiale garantit la préservation d'une activité économique et sociale rurale et d'un mode de vie et d'une identité rurale. Les études académiques et le soutien public et international ont permis de reconnaître l'hétérogénéité de l'agriculture familiale (avec ses différents types) et sa multifonctionnalité. Au-delà de son poids dans la production mondiale, l'agriculture familiale joue un rôle central dans la diversité alimentaire, la souveraineté alimentaire, la préservation de la biodiversité et la transmission intergénérationnelle des connaissances agricoles.

Les efforts et les réalisations sont significatives: émergence de politiques spécifiques et différenciées, création de cadres institutionnels et réglementaires dans différents pays (registres nationaux des producteurs familiaux, statut juridique accordant des avantages économiques et sociaux, accès à des politiques spécifiques), renforcement des organisations agricoles familiales (OCF) et la mise en place d'un mouvement de couverture et de coordination et la Décennie des Nations Unies pour l'agriculture familiale 2019-2028.

Aujourd'hui, en 2025, nous sommes à mi-parcours de la Décennie, à un moment opportun pour évaluer ce qui a été réalisé, revoir les approches et, surtout, fixer de nouveaux objectifs et de nouvelles lignes directrices.

Une réalité menacée : des défis persistants

Après une première période de progression entre 2014 et 2017, force est de constater que les dernières années ont marqué une confirmation de l'intérêt de beaucoup d'acteurs, mais aussi un recul pour le secteur de l'Agriculture Familiale dans certaines arènes et agendas politiques.

- Dans plusieurs pays et dans les grandes arènes internationales, l'utilisation de termes tels que "petite production" ou "minifundio" ou "petite ferme commerciale" sont préférés à celui d'Agriculture Familiale (voir références). Les différends sur le concept d'"agriculture familiale" reflètent également des tensions sur le contrôle des cadres réglementaires et financiers.

- Dans des régions telles que l'Asie et l'Afrique, le concept a été promu par des organisations sociales et des agences des Nations unies, mais sans être pleinement intégré dans les politiques publiques.

- Dans certains pays d'Amérique latine, les transitions politiques ont posé le défi du maintien d'un soutien durable à l'"agriculture familiale", à l'"agroécologie" et à la lutte contre le "changement climatique". Dans plusieurs contextes latino-américains, un démantèlement des politiques publiques destinées à l'agriculture familiale a été observé ces dernières années, à travers des coupes budgétaires, des fusions institutionnelles ou des redéfinitions réglementaires qui diluent leur spécificité.

Le séminaire de Porto Alegre

Le séminaire de Porto Alegre a réuni des représentants d'organisations de l'agriculture familiale et paysannes, des fonctionnaires, des universitaires et des agences internationales. Des thèmes tels que la digitalisation rurale, l'accès à la terre, les politiques de marchés publics, la transition agroécologique, les enjeux de l'emploi et des inégalités de genre et de génération, et la gouvernance territoriale ont été abordés. L'objectif principal du séminaire était précisément de repositionner les questions relatives à l'agriculture familiale dans les grands débats sur le changement climatique, la durabilité des systèmes alimentaires et la transition agroécologique.

Les interventions et débats aux tables et panels du Séminaire de Porto Alegre ont rappelé que le concept d'agriculture familiale ouvre des perspectives essentielles pour renouveler les débats, aux échelles internationale, nationale et locale, sur des enjeux essentiels pour la planète.

Du point de vue de la recherche et des organisations responsables des politiques publiques, les interventions du séminaire mettent en lumière le rôle actuel et potentiel des cellules familiales face à quatre défis mondiaux

- L'agriculture familiale est, et peut être encore plus à l'avenir, une réponse aux changements climatiques et environnementaux, tant en termes d'atténuation (grâce à sa technologie et à son échelle) que d'adaptation (grâce à l'agroécologie, la production écologique, l'agriculture durable, les systèmes agroforestiers, la consommation d'énergie, le partenariat élevage-agriculture-forêt, etc.)

- L'agriculture familiale est la base démographique, territoriale et sociopolitique des transitions alimentaires et agroécologiques, à la fois par la diversité et la diversification de ses productions, sa flexibilité et son adaptabilité aux changements économiques et environnementaux, sa multi-localisation et sa répartition dans les territoires.

- L'agriculture familiale a démontré sa contribution décisive à une alimentation de qualité dans les villes, non seulement par des circuits courts ou longs, mais aussi par de nouvelles formes de commercialisation (numérique, achats publics ou institutionnels, internet), notamment lors de crises comme la pandémie de COVID-19.

- L'agriculture familiale est la principale source d'emploi dans de nombreux pays qui n'ont pas achevé leur transition démographique (Afrique au sud du Sahara), ou pour lesquels l'agriculture continue d'occuper une part importante des actifs (Asie et une partie de l'Amérique latine). Elle génère non seulement de la main-d'œuvre familiale non rémunérée, mais aussi une grande quantité de main-d'œuvre temporelle rémunérée, avec une grande variété de modalités d'emploi (même au sein de la famille). Dans diverses régions, on assiste à une diversification des activités des ménages ruraux - tant à l'intérieur qu'à l'extérieur du secteur agricole - et à une migration de la main-d'œuvre.

- Dans les pays industrialisés, le défi est celui du renouvellement des générations (de nombreuses exploitations agricoles vont disparaître dans les années à venir), sachant que le modèle familial est remis en cause, au milieu de diverses formes d'entreprises et de modèles plus alternatifs. Dans les pays moins développés, notamment en Afrique subsaharienne, le défi est de créer des emplois décents, avec un grand nombre de jeunes qui arrivent sur le marché du travail sans réelles alternatives dans les secteurs secondaire et tertiaire. Bien que certains problèmes soient comparables (viabilité socio-économique et environnementale des formes de production), les points de départ et d'attention sont différents.

En conclusion, sur la base des travaux et des débats du séminaire, nous pensons que l'agriculture familiale, dans toute sa diversité et compte tenu de son poids dans la production mondiale, est une partie de la solution à ces défis.

Recommandations pour la recherche et les politiques publiques

Les signataires reconnaissent l'importance des actions et activités réalisées dans le cadre de la décennie des Nations Unies pour l'AF (2019-2028). A mi-parcours, nous considérons nécessaire de renforcer ces acquis, et d'augmenter la visibilité et les apports de l'AF, de stimuler et augmenter les actions en faveur de l'AF de manière décisive et à une plus grande échelle. Nous recommandons donc de :

- Renforcer la visibilité des travaux sur l'agriculture familiale, en répondant aux demandes des organisations de producteurs, des institutions, des gouvernements, des services publics et de la société civile.
- Renouveler et partager les travaux sur les organisations de producteurs, de l'agriculture familiale et les mouvements sociaux ruraux, sur la relation entre l'agriculture familiale et le changement climatique, et sur la relation entre l'agriculture familiale et la numérisation de l'agriculture et des instruments de politique publique.
- Stimuler la recherche en science, technologie et innovation pour le secteur de l'agriculture familiale, notamment par la formation de jeunes chercheurs au niveau du doctorat.
- Renforcer la collaboration Sud-Sud, en particulier entre l'Amérique latine et l'Afrique.
- Renforcer les activités de formation afin de vulgariser la différence et la valeur que le concept d'agriculture familiale ajoute aux concepts précédents, tels que "petit producteur" ou "paysan".
- Renforcer les alliances qui ont généré une action collective pour promouvoir le dialogue politique, mobiliser les acteurs et positionner la question dans les politiques publiques des pays et dans l'agenda international.
- Analyser les différents modèles institutionnels mis en œuvre dans les pays afin d'identifier les réussites et les erreurs, et de partager les expériences.
- Mieux comprendre l'hétérogénéité de l'AF et de ses différents systèmes de production afin d'améliorer les typologies et de mieux orienter les politiques publiques différenciées.

- La rareté et l'incertitude des informations disponibles sur l'agriculture familiale soulignent la nécessité de faire des efforts concrets pour améliorer les statistiques et la coordination internationale afin d'améliorer la génération d'informations.

- Renforcer durablement le rôle et les moyens d'action des femmes et des jeunes ruraux, en particulier par des politiques publiques adaptées.- Valoriser le fait que l'AF reste un secteur décisif pour la transition vers la souveraineté et la sécurité alimentaire et nutritionnelle, la transformation des systèmes alimentaires: elle constitue en effet une solution essentielle pour faire face aux changements climatiques et environnementaux, en particulier par l'usage plus durable des terres et des ressources.- L'intégration d'une approche territoriale dans les politiques en faveur de l'agriculture familiale permettrait de mieux valoriser sa multifonctionnalité et sa capacité à contribuer au développement durable.

Porto Alegre, 26/03/2025,

Les organisateurs du séminaire de Porto Alegre

UFRGS, CIRAD, IICA, MDA, REAF